

AS CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA SOCIALISTA NA AGRICULTURA DE ANGOLA APÓS A INDEPENDÊNCIA¹

Rodrigo de Souza Pain²

Resumo: As dificuldades encontradas na recém independente República Popular de Angola, principalmente no desenvolvimento agrário está no centro do artigo. Desta forma, apresentamos a criação de instituições no seio do governo socialista do Movimento Popular de Libertação de Angola, a instabilidade política vivida no país, o conflito armado e suas implicações para a agricultura.

Palavras-chave: agricultura, Angola, socialismo e desenvolvimento agrário.

Abstrac: The difficulties found in just the independent Popular Republic of Angola, mainly in the agrarian development are in the center of the article. In such a way, we present the creation of institutions in the socialist government of the Popular Movement of Release of Angola, the instability politics lived in the country, the armed conflict and its implications for agriculture.

Keywords: agriculture, Angola, socialism and agrarian development.

Introdução

O presente artigo pretende apontar as características dos caminhos seguidos pelo governo angolano após a independência com relação à questão do desenvolvimento agrário. O ideal marxista-leninista assumido oficialmente pelo *MPLA* teve impacto importante nas políticas para o setor da agricultura.

Na primeira parte do artigo apresento o ambiente político no contexto da independência de Angola, e a instabilidade instalada no país. A seguir, procuro chamar atenção para a estrutura do país que nascia, e direcionamos posteriormente para as dificuldades da experiência agrícola em Angola.

¹ Este artigo é uma adaptação do capítulo um da tese de doutorado intitulada - *Desafios da participação social em um país de conflito agudo: estudo a partir da ONG angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)*, defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*.

² Doutor pelo Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*; Especialista em História da África pela *Universidade Cândido Mendes*; Bacharel e licenciado em Ciências Sociais e História pela *PUC-Rio* e Membro do *Centro Angolano de Altos Estudos Internacionais*. E-mail: rodrigo_pain@ig.com.br

Os desdobramentos políticos após a independência de Angola em 11 de novembro de 1975

Os movimentos de libertação colonial em Angola (*MPLA*³, *FNLA*⁴ e *UNITA*⁵) estavam divididos e enfraquecidos na altura da Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), no qual o *Movimento das Forças Armadas de Portugal* derrubou o regime salazarista de Marcelo Caetano⁶.

Após diversas negociações, chegou-se ao Acordo de Alvor, que previa um governo de transição com representantes do governo português e dos três movimentos até a independência, prevista para 11 de novembro de 1975.

No entanto, esse governo de transição não consegue por fim as hostilidades entre esses três movimentos, que aumentam o contingente militar, continuando a guerrear entre si, colocando Portugal, que passava por uma instabilidade política interna, sem condições suficientes para impor o previsto no Acordo. Destarte, a guerra civil instala-se no país e o *MPLA* vence a “batalha de Luanda”, em Julho de 1975 passando a ser o único movimento no governo, controlando militarmente doze das então dezesseis províncias do país.

Próximo ao dia marcado para a independência, o Alto Comissário e demais membros portugueses de governação e do exército se retiram de Angola, entregando o poder de soberania “nas mãos do povo angolano”. O *MPLA* proclama então a independência, em Luanda, sob a liderança de Agostinho Neto, no meio de conflitos armados generalizados, com duas invasões estrangeiras (África do Sul e Zaire) e

³ A origem do *MPLA* data-se como partido político em 10 de dezembro de 1956, fundado como resultado da fusão de outras organizações. Sua base de apoio saiu das comunidades de brancos, mestiços e Kimbundu.

⁴ A *FNLA* surgiu entre o povo Bacongo, do norte de Angola. Suas origens vêm da fundação da *UPNA* (*União dos Povos do Norte de Angola*) e *UPA* (excluindo a referência do norte) em julho de 1955. Inicialmente o idealismo da *UPA* partia da idéia de reativar o antigo Reino do Congo. Em março de 1962, forma a *FNLA* com a unificação da *UPA* com o *Partido Democrático de Angola* (*PDA*).

⁵ A *UNITA* foi o último dos três movimentos a ser fundado. Jonas Savimbi, seu líder, acusou Holden Roberto, líder da *FNLA* de regionalismo e faccionismo quando trabalhavam juntos. Sua base de apoio principal é entre o povo Ovimbundu do Planalto Central, e principal grupo étnico de Angola. Sua fundação data o dia 13 de março de 1966.

⁶ Essa divisão dos movimentos nacionalistas em Angola é uma particularidade se comparado às outras colônias portuguesas.

intervenção cubana. Dessa maneira, a independência, conforme aponta Conceição (1999, p.14), nasce dessa forma, no interior de uma crise generalizada⁷. Nesse contexto, é importante salientar que o período anterior à independência e caracterizado da luta de libertação nacional (a partir dos meados dos anos 1950) não provocou danos substantivos à produção agrária da colônia, pois ela foi travada basicamente em áreas sem grande importância econômica e jamais alcançou níveis de alta intensidade como nos conflitos armados que se seguiram (CONCEIÇÃO, 1999, p.60-61).

Uma das conseqüências do período da guerra da independência foi o abandono maciço dos portugueses de terras angolanas. As terras ocupadas por eles, e por alguns estrangeiros foram deixadas de lado quase na totalidade. Como a política agrícola do Partido Único naquele momento não encorajava a iniciativa privada, muito menos familiar, as áreas efetivamente agricultáveis foram drasticamente reduzidas, aumentando por outro lado, as terras efetivamente vagas. Devido ao clima de instabilidade na época da independência, Angola sentiu com o êxodo de mais de 300.000 colonos brancos (GALLI, 1987, p.146).

Contexto da estrutura política angolana logo após a independência

Em parte da Angola independente, o movimento de libertação que assumiu o controle do poder, o *MPLA*, tornou-se partido único e, dois anos depois, adotou o marxismo-leninismo como sua doutrina e de Estado, transformando-se em *MPLA-PT (Partido do Trabalho)*⁸. Assim, o centro de todas as decisões importantes da sociedade e do Estado estava localizado no partido. Isto significa, pelo menos na teoria, que é o partido quem comanda o Estado⁹. O governo esteve

⁷ No próprio dia 11 de novembro de 1975 eram criados dois Estados: a República Popular de Angola, com capital em Luanda e dirigido pelo *MPLA*; e a República Democrática de Angola, com capital em Huambo e encabeçada pela *FNLA* e *UNITA* (essa aliança durou apenas oitenta dias).

⁸ O *MPLA* podia ser considerado como uma coalização de várias facções nacionalistas e socialistas, e era fortemente influenciado pelo marxismo (SANTOS, 1997, p.210-212). No entanto, a construção de uma economia e sociedade socialista não consta na versão original da Lei Constitucional de 1975.

⁹ Simbolicamente ao analisar a bandeira do país recém independente e do partido, já nota-se semelhanças; assim como a idéia socialista presente no hino angolano.

formalmente subordinado ao *MPLA*. A política econômica foi conduzida por um “partido-Estado” que via na nacionalização dos meios de produção uma forma de democratização das estruturas econômicas do país.

Os órgãos governamentais em funcionamento ao nível nacional eram o *Comitê Central*, a *Divisão Política do MPLA* e o *Conselho de Ministros*, responsável pela implementação das políticas do partido. No que diz respeito ao judiciário¹⁰, a Constituição adotada em 1975 estipulava um judiciário independente, mas de 1976 até o início dos anos 1990, a principal instância foi o *Tribunal Revolucionário do Povo* que interrogava prisioneiro acusado de por em perigo a segurança do Estado¹¹, ou de algum tipo de sabotagem econômica. (IVEDTEN apud LIBERATTI, 1999, p.62).

Também foram criados grupos políticos filiados ao *MPLA*, organizações que congregam de formas abrangentes categorias sociais, considerados genericamente como organizações de massa, e serviam de elo entre o aparato burocrático -administrativo do Estado angolano e sua sociedade. Como exemplos a *Organização das Mulheres Angolanas (OMA)*, a *Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola (JMPLA)*, a *União dos Jornalistas de Angola*, e na área sindical, *União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA)*¹².

No campo econômico, a estruturação do setor industrial estatal a partir de confiscos, nacionalizações e da criação das unidades econômicas estatais marcou o início da Primeira República - esta de modelo socialista e que difere da Segunda República multipartidária e de economia de mercado. As mais diversas formas de organização¹³, criadas em substituição ao aparelho do Estado colonial

¹⁰ A dificuldade para desenvolver o sistema judiciário foi muito grande, em Angola tinham apenas 4 advogados e 2 juizes no exato momento da independência.

¹¹ Eram comuns arbitrariedades e o tribunal de apelação foi criado em 1980, como as cortes militares em 1983.

¹² A *UNTA* talvez tenha sido a organização mais relevante em face ao desafio da reconstrução nacional e da transição para economia socialista. Era importante para o *MPLA* ter uma força de trabalho eficiente e organizada. No entanto, seu impacto foi limitado pelas tarefas contraditórias de criar um sistema sindical forte e independente e de manter a produtividade e a disciplina no trabalho de acordo com as diretivas do partido (IVEDTEN apud LIBERATTI, 1999, p.63).

¹³ Amaral salienta algumas formas como: Comissões de Coordenação, Gerais, Administrativas, Diretivas, Gestão, Controle, Emergência, Intervenção, Dinamização, Reestruturação, Provisórias, Reclassificação, Disciplina, Extinção, Adjuntas, Nacionais, Provinciais, Comunas, Bairro, entre outras (AMARAL, 2004, p.53).

português, não encontravam dinamismo necessário à consolidação e desenvolvimento das estruturas do Estado, objetivando a construção do socialismo (AMARAL, 2004, p.53-54).

Na área educacional, na altura da independência, cerca de 85 % da população era iletrada e a saída radical dos colonos significava também a saída de professores. Na verdade, a educação colonial herdada, no qual um dos principais objetivos, segundo o educador brasileiro Paulo Freire, era a “desafricanização” das populações autóctones, sendo discriminadora e em nada poderia concorrer no sentido da reconstrução nacional, pois era para isto não fora construído¹⁴. A escola colonial era antidemocrática nos seus objetivos, no seu conteúdo, nos seus métodos, divorciada da realidade do país, era, por isso mesmo, uma escola de poucos, para poucos e contra as grandes maiorias. Selecionava até mesmo a pequena minoria dos que a ela tinham acesso, expulsando grande parte deles após os primeiros encontros com ela, e, continuando a sua filtragem seletiva, ia aumentando o número dos renegados. Esses renegados em quem enfatizavam o sentimento de inferioridade, de incapacidade, em face do seu “fracasso” (FREIRE, 1978, p.15).

Dessa forma, o setor educacional converteu-se na grande prioridade nacional para o novo governo socialista. Ao mesmo tempo, numerosos centros de alfabetização foram ligados a empresas, mercados e outras zonas de trabalho onde se concentrava a população adulta. Porém, o crescimento alfabetizador desvaneceu progressivamente com a chegada cada vez mais agressiva da guerra civil. A violenta conjunção dos legados coloniais e bélicos deixou as infra-estruturas educacionais devastadas, uma contínua falta de professores, muitas crianças fora da escola, e claro, uma profunda incapacidade do governo na solução destes problemas.

No campo político, a tentativa de golpe de Nito Alves abala a sociedade angolana. Em maio de 1977, contradições sobre as formas da construção do socialismo conduziram a uma tentativa de golpe de Estado, cuja resposta em defesa da “causa socialista” destrói uma parte significativa da “burguesia nacionalista angolana”, o que viria a fazer de Angola um país mais frágil nas vertentes política e militar. O número exato daqueles que foram mortos ainda é desconhecido.

¹⁴ Apesar do autor trabalhar a experiência na “Guiné portuguesa”, pode-se muito bem falar na semelhança da política colonial da Metrópole para Angola.

A Assembléia do Povo é estabelecida em 1980 e era eleita por um sistema de voto indireto por membros do *MPLA*. Com 350 membros, tinha pouca influência, e não representava adequadamente as mulheres, camponeses e trabalhadores. Marco Antonio Liberatti afirma que as maiorias dos membros eleitos eram provenientes das áreas urbanas e eram, em grande medida de algo escalão militar e funcionários do governo (LIBERATTI, 1999, p.61). Além disso, a característica mais acentuada do sistema político vigente em Angola era a forte concentração de poder nas mãos do Presidente, que era líder do Partido, Chefe do Estado e Comandante – chefe das Forças Armadas¹⁵.

A instabilidade que se seguiu no período de independência não permitiu que os processos de industrialização e crescimento econômico tivessem continuidade. O sistema dualista de uso da propriedade de terras e do desenvolvimento da agricultura continuou a influenciar socialmente e politicamente o contexto angolano mesmo após a independência¹⁶. Os governos do *MPLA* (Agostinho Neto até 1979 e José Eduardo dos Santos em diante) têm-se vindo a pautar por uma posição que privilegia os centros urbanos, remetendo as populações rurais para uma crescente situação de exclusão que se traduz em vários domínios, sejam políticos, sociais, econômicos, institucionais, territoriais, ou de referências simbólicas. Isso explica, para Pacheco (2004, p.02), o desenvolvimento da guerrilha da *UNITA* entre 1976 e 1991.

¹⁵ Fernando Pacheco comenta que é freqüente hoje (2004) atribuir todos os malefícios da vida política, social e econômica ao período do facista-colonial e ao Leninismo, o que para ele não é verdadeiro. Tanto as práticas facistas (como culto ao chefe, por exemplo), como as leninistas (submissão à direção centralizadora), complementam a matriz cultural bantu e, hoje, isso têm efeitos perniciosos na sociedade. Também não faz parte das práticas angolanas a prestação de contas, no sentido de dar satisfação, apresentar resultados de uma ação de que se é incumbido, por parte dos líderes, dos chefes, aos liderados. Isso tanto acontece ao nível da família, como na comunidade ou na nação (PACHECO, 2004 a, p. 79).

¹⁶ O sistema dualista era rigorosamente dividido (inclusive em termos de estatística) no período colonial, entre a agricultura tradicional e empresarial. A primeira, grosso modo, estava ligada aos autóctones (sendo o meio de vida da maioria do povo angolano), fornecendo elementos básicos para o mercado interno (mas com participação na exportação) e com recursos bem limitados de investimento; a segunda, em oposição a tradicional, seguiu um modelo europeu, produzia bens de exportação, com significativos investimento na produção e com número limitados de produtos. Segundo Pacheco, a sociedade angolana ainda não se livrou desse dualismo (PACHECO, 2004, p.02).

A Lei Constitucional de 1975, em seu artigo número 8, apontava “a República Popular de Angola considera a agricultura como base e a indústria como fator decisivo no seu desenvolvimento”.

Em 1978, o governo decidiu chamar esse ano de “ano da agricultura”, com a finalidade de aumentar a produção agrícola, com todas as vantagens que daí poderiam ocorrer para a satisfação das necessidades alimentares da população, para o abastecimento de matérias primas para a indústria ou ainda para melhorar a balança comercial (pela diminuição das importações e pelo aumento dos produtos agrícolas exportáveis). Procurou-se assim mobilizar toda a força de trabalho disponível (FEREIRA, 1999, p.33-34).

No entanto, a partir da independência percebe-se uma queda acentuada na produção agrícola. De acordo com a FAO, estima-se que tenha decaído sucessivamente desde 1974/1975. Não se possuem dados relativos às produções de 1974, 1975 e 1976 devido à situação de guerra. Em 1977 começaram a ser obtida a primeira informação estatística ainda insuficiente (MINPLAN apud AMARAL, 2004, p. 56). Em 1983, por exemplo, as colheitas atingiram apenas 77 % da produção se comparadas a 1973. A mesma tendência se verificou na produção de cereais, 66 % em 1983¹⁷(FERREIRA, 1993, p.35). O *MPLA* instituiu um sistema estatal de comercialização que, segundo Galli, não oferecia preços convenientes para estimular a produção, nem era capaz de fornecer aos camponeses transportes ou abastecimentos regulares quer de bens de consumo, quer de bens de capitais (GALLI, 1987,p.146).

Portanto, as políticas econômicas traçadas ao longo do período que sucede a independência de Angola mostraram-se em práticas desajustadas aos objetivos preconizados e à realidade concreta do país, com reflexos mais acentuados no campo. O acesso à terra urbana e rural não foi uma fonte de preocupação em Angola nos primeiros anos após a independência. A nacionalização foi o caminho encontrado. O

¹⁷ Em face de 1973, de forma marcante: sisal, tabaco, café e algodão atingiram 10%, 2%, 5% e 0,35% em 1987(Ferreira, 1993, p.35), e Conforme o *MPLA / PT*, já em 1980, a produção mercantil controlada pelo Estado não tem permitido senão satisfazer cerca de 12% das necessidades alimentares da população urbana e dos operários agrícolas e de cerca de 15% das necessidades da indústria de matérias primas (MPLA apud FERREIRA, 1993 ,p. 35).

documento produzido pelas ONGs ACORD (*Association Pour la Cooperation, recherche et developement*) e ADRA (*Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente*), elaborado por Júlio de Moraes e Fernando Pacheco, apontam que tal fato foi agravado pelo distanciamento entre as estruturas de concepção e de orientação global e as de execução, mostrando-se essas últimas incapazes de seguir e materializar as políticas traçadas. Esta situação, no caso concreto do setor agrário, conduziu à marginalização dos camponeses em relação à vida econômica, social e política do país. Além disso, as medidas de política agrária foram condicionadas pelas distorções de caráter macroeconômico traduzidas pelas falta de incentivos à produção, na inadequação dos preços, na falta de prioridade e oportunidade dos meios de produção e dos investimentos, na política de quadros e também na ausência de uma legislação fundiária que permitisse um correto ordenamento das diferentes formas de propriedade ou usufruto da terra (ACORD; ADRA, 1991, p.67).

Outro elemento muito importante depois da independência foi a crescente migração para as cidades, especialmente para Luanda. O colapso da economia pouco depois da independência, que abrangeu plantações coloniais e as redes de comerciantes do mato, levou, tal como a intensificação da guerra no país, um número considerável de habitantes das áreas rurais para as cidades. O conflito militar agravou o isolamento e a crise econômica nas zonas rurais e, sobretudo os jovens deixaram as áreas rurais pelas cidades, mesmo onde a segurança física não estava em causa. No entanto, a deteriorização gradual da situação militar e o aumento da insegurança nas zonas rurais tornaram-se a principal razão da migração para as cidades (DW, 2005, p. 67).

Conforme se percebe, o declínio da agricultura angolana teve início logo após a sua independência. No entanto, vale dizer, não só angolana. Como salienta o falecido economista e ex-professor da *Universidade Eduardo Mondlane* (Maputo), José Negrão (2002), embora a questão da apropriação da terra africana pelos africanos estivesse na ordem do dia dos recém criados Estados modernos, as problemáticas da dimensão da exploração agrícola e do papel do mercado internacional, foram ignoradas pela maioria dos políticos das décadas de 1960 e 70. As terras foram desprezadas, os saberes produtivos e mercantis das populações rurais foram ignorados, a substituição das elites coloniais pelas emergentes africanas tomou corpo através da hiper-intervenção do Estado

e a rápida transformação dos camponeses em trabalhadores rurais foi tida como a única alternativa para se fazer face à crescente deterioração dos termos de troca. Nesse contexto, o dualismo colonial foi mantido e os Estados continuaram a selecionar as melhores terras ou para elites locais ou estrangeiras ou para empresas geridas por esse mesmo Estado (NEGRAO, 2002, p.3-4).

Logo após a independência, pode-se afirmar que alguns elementos marcaram o declínio da agricultura angolana, a população rural (mal preparada), com baixos índices de formação profissional, ficou sem o apoio das infraestruturas científicas, técnicas econômicas e de formação profissional, devido à fuga maciça dos técnicos agrários qualificados e dos colonos que detinham a rede de comercialização e drenagem dos produtos agro-pecuários¹⁸.

Outro elemento está associado aos colonos que abandonaram as fazendas e a maior parte foi nacionalizada. O Estado procurou assumir a sua gestão sob a forma socialista, tentando garantir, no mínimo, o salário dos trabalhadores que lá se haviam mantido e assegurar a continuidade do fluxo produtivo, principalmente em relação ao café. Mas tudo isso resultou em fracasso.

Mais um ponto a destacar foi o aumento geral da população, que depois da independência cresceu em cerca de cinquenta por cento (principalmente nas áreas urbanas), conjugado com as quebras da produção de culturas alimentares essenciais que veio acentuar o desequilíbrio produção / necessidade de consumo; e por fim, as áreas rurais, mesmo quando relativamente auto-suficientes em produtos agrícolas, não encontravam estímulos para a produção de excedentes, devido não só a acentuada deficiência nas comunicações e transportes, como à inadequada política de preços e mercados (CARDOSO, 2004, p.6-7). Diante disso, Angola perdeu completamente a sua posição no mercado internacional para os produtos agrícolas de exportação. Passou de exportador líquido de produtos agrícolas para importador de grande parte dos produtos que consome.

O que marca esse contexto é a incapacidade do setor estatal responder às necessidades básicas do país. O setor agrícola, apesar de

¹⁸ Até 1975, Angola dispunha de bons estudos relacionados com a sua disponibilidade de recursos naturais, como o *Instituto de Investigação Agronómica de Angola (IIAA)*, o *Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA)*, A *Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA)*, entre outros (CARDOSO, 2004, p.04).

contar com 80% da população, foi o menos beneficiado em termos de investimento. Como aconteceu em muitos países subdesenvolvidos, as cooperativas e associações foram vistas basicamente como instrumentos a serviço do Estado e não como estruturas de autopromoção, geridas pelos próprios camponeses na base da voluntariedade e da participação. Mesmo como instrumentos a serviço do Estado, as organizações camponesas apresentavam-se como uma realidade apenas para as instituições diretamente ligadas ao processo, estabelecendo-se, de acordo com a ACORD; ADRA, a contradição entre as organizações camponesas e as estruturas de direção global, para as quais as associações tinham uma compreensão pouco clara, e preteridas na concepção e priorização de programas (ACORD; ADRA, 1991, p.68).

Nos primeiros anos de independência, mais de 92.000 camponeses tinham respondido ao apelo do governo para formarem cooperativas. Gerou-se grande entusiasmo, mas o governo não forneceu nenhum apoio de fato (WOLFER; BERGERL apud GALLI, 1987, p.148). Conforme traz Conceição, de acordo com um cooperante brasileiro:

A opção cooperativa inicial foi angolana, mas depois, os assessores (búlgaros) a trocaram pelas fazendas estatais [...]. Para eles, as cooperativas agrícolas eram suspeitas na medida em que mantêm o processo de comercialização nas mãos dos camponeses [...] que passam a ter não somente força econômica, como política (SARAPÚ apud CONCEIÇÃO, 1999, p.142).

O controle estatal atingia não somente as empresas industriais, agrícolas e de comércio, mas igualmente os pequenos camponeses individuais que não estavam organizados em cooperativas e empresas estatais, conforme se depreende das afirmações do Presidente angolano, Agostinho Neto,

o camponês tem em si, um gérmen capitalista. O sonho de um camponês qual é? É ter uma grande propriedade [...] para ter muitos lucros. E o seu lucro aumenta à custa dos trabalhadores que ele assalariou. É um explorador¹⁹(NETO apud FERREIRA, 1999, p.24).

¹⁹ Ferreira salienta que esta forma de entender tal problema não é do que a transposição direta e acrítica do discurso soviético. No caso africano um tal discurso revela, em muitos aspectos, um desconhecimento da realidade e está em contradição com os estudos de antropologia e economia africana, onde o camponês e a sociedade tradicional se regem por princípios e no quadro de estruturas que só em parte têm a ver com a propriedade privada e os mecanismos “puros” do mercado (FERREIRA, 1999, p.24).

Ao caracterizar o movimento cooperativo e associativo da agricultura angolana, as *ONGs ACORD* e *ADRA* diferem momentos de ação nos primeiros anos da independência. Durante os primeiros meses após novembro de 1975, e no seguimento do que havia acontecido na última fase de transição, a responsabilidade do movimento cooperativo esteve a cargo da *CADCO (Comissão de Apoio e Dinamização de Cooperativas)*, criadas pelo Governo de Transição) como estrutura multisetorial. As primeiras ações da *CADCO* com relação às cooperativas nas áreas rurais visaram o apoio às iniciativas em curso, caracterizadas de forma genérica, pela existência de “uniões” de cooperativas viradas para o abastecimento em bens de consumo e geridas por funcionários públicos, responsáveis políticos ou pessoas ligadas às instituições sociais e religiosas. As cooperativas integrantes dessas “uniões” eram constituídas por camponeses que não tinham praticamente intervenção na gestão da mesma nem qualquer outro tipo de participação. Assim, constituiu prioridade da *CADCO* procurar, através da prática da participação, modificar a situação vigente o que provocou obviamente contradições com as direções das “uniões”, acabando estas desaparecendo por dificuldades de gestão ou imposição administrativa (ACORD; ADRA, 1991, p.11).

Com a extinção dessa instituição logo após a independência, a responsabilidade passou para os vários Ministérios, assumindo o Ministério da Agricultura, a tarefa de não só tutelar o setor cooperativo, mas também de apoiar a sua ampliação, organização e consolidação. Assim foi criada a *DNACA (Direção Nacional de Cooperativização Agrícola e Apoio aos Camponeses Individuais)*, que revela através de estatísticas oficiais, um crescimento contínuo do número de associações e associados até 1981. No entanto, tal evolução não correspondeu a um aumento da importância das cooperativas e associações tanto ao nível das comunidades rurais, como na participação do Produto Agrícola Bruto do país²⁰ (ACORD; ADRA, 1991, p.13-14).

Entretanto, ao nível de base, a intervenção por parte do Estado foi atribuída às *EDA (Estações de Desenvolvimento Agrário)*

²⁰ Como exemplo, em 1979, o setor cooperativo participava apenas com 11,4% na produção comercializada pela empresa estatal que detinha oficialmente o monopólio da comercialização de produtos agrícolas, o que é agravado pela constatação de que a produção total comercializada em 1979 representava apenas 7 % da produção mercantil alcançada em 1973 (CRUZ apud ACORD; ADRA, 1991, p.14).

que, tuteladas pela *DNACA* e mais tarde pelo *IDA* (*Instituto de Desenvolvimento Agrário*), ficaram dessa maneira com a responsabilidade do apoio técnico-material aos camponeses e suas associações. Num período em que o setor estatal deixou de ter significado (com exceção do setor do café), era tarefa da *EDA* promover a produção camponesa destinada aos circuitos mercantis (ACORD; ADRA, 1991, p.20) e também de chegar até os camponeses os serviços encarregados da distribuição de meios, incluindo sementes, fertilizantes, maquinarias, pesticidas, entre outros. Assim, consistia também na mobilização e agrupamento das cerca de 700 000 famílias camponesas em associações pré-cooperativas fundamentalmente com o objetivo de receber assistência técnica (GALLI, 1987, p.147).

A mais importante inovação das *EDAs*, conforme aponta Rosemary Galli (1987, p.148), foi a tentativa do governo em descentralizar os serviços em lugar de confiar exclusivamente nas entidades nacionais e provinciais que tinham ignorado os camponeses. Nas áreas de intervenção das *EDAs*²¹ assiste-se a uma relativa melhoria do apoio técnico e material às associações que ganham uma nova dinâmica e começam a apresentar resultados produtivos significativos, como no caso das culturas de milho, algodão e tabaco.

Porém, as *EDAs* basearam a sua intervenção num esforço de modernização da agricultura camponesa, para a qual não havia a necessária capacidade em termos de organização, gestão e recursos. Recorria-se muitas vezes à mecanização e promovendo os blocos culturas como forma de organização da produção, as *EDAs* não providenciaram outras medidas complementares de caráter técnico e organizativo que permitisse a modernização pretendida. Criou-se, dessa maneira, um ambiente de dependência mais fincado nas associações em relação ao Estado, o que foi, agravado por uma degradação progressiva das outras estruturas do setor agrário. A fim de preencher um vazio político, o *MPLA-PT* decidiu pela criação da *UNACA* (*União Nacional dos Camponeses Angolanos*), com a idéia de permitir uma maior participação dos camponeses na vida econômica, social e política

²¹ Inicialmente em Malanje, esse movimento alarga-se para outras províncias, principalmente Huíla, enquanto em Huambo, a situação de segurança já era bastante precária, foi constituída apenas uma *EDA* (ACORD; ADRA, 1991, p.16).

do país, o que veio a acontecer em fevereiro de 1990²²(ACORD; ADRA, 1991, p.20-21).

A criação da *UNACA*, apesar de ser uma emanção do *MPLA -Partido do Trabalho*, e não o resultado de um processo de organização a partir da base gerou determinadas expectativas. No ato de sua constituição, a *UNACA* definiu atitudes e traçou programas de ação que poderiam resultar numa maior aproximação aos problemas do campo e, conseqüentemente, a uma maior aproximação dos camponeses na resolução de assuntos do seu interesse. No entanto, na prática não se cumpriam essas intenções, tendo aumento a burocracia e o distanciamento em relação ao campo(ACORD; ADRA, 1991, p. 20-21).

Portanto, se com a independência, Angola ficou liberta dos condicionalismos legais (lei do condicionamento industrial, regime de pagamentos externos, entre outros) impostos pela ex-metrópole ao seu desenvolvimento industrial, - então considerados pelo novo poder instituído como a causa da situação caótica do caos econômico, situações objetivas como: a guerra de agressão imperialista e o eclodir da guerra civil, a pilhagem efetuada pelos exércitos invasores (África do Sul, por exemplo), a opção do poder popular e a conseqüente política de confiscos e nacionalizações levado ao extremo, a ausência de estruturas administrativas, a criação de tribunais populares revolucionários, o êxodo dos portugueses que detinham o poder econômico, entre outros aspectos menos relevantes (AMARAL, 2004, p.52). Ferreira aponta outras causas que foram fundamentais para a baixa da produção e de produtividade em quase todos os setores foram sendo oficialmente atribuídos à: fraca capacidade organizativa das empresas²³; carência generalizada de quadros qualificados; decrescente disciplina laboral; deficiente abastecimento de matérias-primas e outros meios necessários às empresas; falta de engajamento no domínio da direção da economia, particularmente no que respeita às empresas do Estado, e finalmente, especulação dos preços no mercado negro (FERREIRA, 1999, p.35-36).

²² Era estruturada ao nível nacional, na província e nos municípios, tentou orientar e dirigir o movimento cooperativo dinamizando seu desenvolvimento e promovendo a realização de assembléias camponesas.

²³ O índice de industrialização passou de 100 em 1974(base de partida) para 24,3 em 1989 e para 13,2 em 2000(ROCHA, 2004, p.65).

É claro que a agricultura sofreu de modo direto e intenso os efeitos da situação de guerra. Esses efeitos fizeram-se sentir em diversos níveis: impedindo o trabalho agrícola direto; impossibilitando o funcionamento dos mecanismos de comercialização e distribuição; e dificultando o acesso de meios de produção, fertilizantes, entre outros, ao campo. Portanto, não é de estranhar, de acordo com Ferreira, o impacto desestabilizador da situação de guerra. Se por um lado criaram-se enormes dificuldades às grandes produções agrícolas para exportação (café, sisal, algodão, bananas, etc), por outro, a pequena produção comercializável não encontrou canais de escoamento (mercados rurais ou outras formas de comercialização /distribuição). A quebra dos níveis de produção e o autoconsumo são, desta maneira, duas conseqüências inevitáveis (FERREIRA, 1993, p.34-35). A produção alimentar desceu em 26% em 1981, sendo preciso importar 200.000 toneladas de milho. Enquanto nas cidades se faziam sentir carências, no campo passou a haver fome (GALLI, 1987, p.146).

Assim, com o abandono dos campos agrícolas e a paralisação da quase totalidade da indústria transformadora e extrativa, subsistiram, apenas, o café, o petróleo e o diamante, que viriam a suportar a estratégia de uma “economia de resistência” centralmente dirigida, cujos reflexos, no desenvolvimento econômico e social do país, não se fizeram sentir, além do fato do esforço de guerra que a situação exigia (AMARAL, 2004, p. 56).

O café teve resultados desastrosos por parte do governo, que não conseguiu atingir os níveis de produção obtidos em 1973. O declínio do setor estatal a favor do setor privado na comercialização do café torna-se latente no final da década de 1980²⁴. Em 1992, o Estado deixa de ter o monopólio das exportações do café.

O diamante também entrou em declínio após a independência. A *Companhia de Diamantes de Angola*, (DIAMANG) não conseguiu se reabilitar durante a Primeira República. Amaral aponta que os

²⁴ Nos cinco anos que antecederam 2ª República, o setor estatal comercializou 56,9% contra 43,1% do setor privado. Já no ano de 1992, a comercialização do privado foi de 92,9% contra apenas 7,2% do setor estatal. Pode-se pensar que esses números se devem à estratégia do Governo, consubstanciada no Programa de Redimensionamento Empresarial do Setor Cefeícula, cujos efeitos práticos se traduziram na restituição do setor privado de cerca de 300 fazendas com uma área superior a 100.000ha. (AMARAL, 2004, p.62).

investimentos efetuados nesse setor obedeciam mais a critérios de natureza política e militar do que econômica, quer por razões do exercício da soberania em áreas de ações de guerra, quer por se tratar de um recurso estratégico que era necessário preservá-lo do acesso ao inimigo, pela sua importância como fonte de financiamento de ações armadas da *UNITA* contra o Governo (AMARAL, 2004, p.64).

Depois da independência, o Governo considerou prioritária a formulação de uma política nacional para o setor petrolífero. A gestão do setor petrolífero não obedeceu aos desígnios de uma estratégia para a construção do “socialismo científico”, pois, por força dos acordos existentes com as empresas multinacionais, assistiu-se à implementação de uma estratégia subordinada aos interesses do capitalismo, por isso mesmo, contrária à criação de uma sociedade socialista em Angola (AMARAL, 2004, p.67).

Essa situação, Conceição chamou de “paradoxo angolano”, pois sua economia dependeu, desde o tempo colonial, sobretudo do Ocidente, tanto em termos de mercado, quanto de investimentos e tecnologia. O petróleo (nunca inferior a 80% na aquisição de divisa no período pós-independência) tinha, e continua a ter, nos Estados, o seu maior comprador e investidor, através das petrolíferas americanas como a Chevron, Texaco e outras, incluindo também as europeias (CONCEIÇÃO, 1999, p.2). O curioso é que os centros de decisão das multinacionais petrolíferas estavam sediados em países capitalistas que apoiavam a guerra contra o governo que proclamara a independência do país. Estes financiavam “o desenvolvimento econômico e social do Angola” em troca de garantias dadas pelo potencial de produção petrolífera (reservas), inviabilizando, dessa maneira, o “socialismo científico”, e hipotecando para o futuro das gerações angolanas vindouras, ficando o país aprisionado aos interesses estratégicos e vitais do capitalismo (AMARAL, 2004, p.67-68).

O agravamento constante da situação política, econômica, social e, sobretudo militar produziu uma conjuntura favorável à intervenção na regulação social de outros atores, para além do partido-Estado e das suas projeções organizativas de massas. A partir da Segunda República surgem organizações que passam a refletir e atuar no espaço rural angolano, apesar das grandes adversidades causadas pela guerra civil, que aumenta a intensidade a partir das eleições de 1992.

Desta forma, o colapso do modelo socialista no final dos anos 1980 provocou várias mudanças na política e na estratégia do *MPLA*. A construção de uma economia de mercado passou a exigir uma classe empresarial dinâmica que pretendeu criar a partir das elites políticas e militares.

Foi nesse contexto que se decidiu redimensionar as propriedades do Estado, com a privatização e o adequar a dimensão das empresas às capacidades técnicas e de gestão de novos proprietários. No entanto, para Pacheco, esse segundo componente foi esquecido. No caso das empresas agrícolas, a ausência de um cadastro atualizado foi determinante para que as propriedades fossem privatizadas de acordo com a situação e a dimensão anteriores, ainda que as terras fossem cedidas apenas em termos de direito de uso (PACHECO, 2004b, p. 02). Desta maneira, assistiu-se, ao longo dos anos após o multipartidarismo e a economia de mercado, a diversas instabilidades (principalmente na região de Gambos) em busca pelo direito ao uso terra, principalmente nas regiões com melhores condições de uso, em Angola.

Considerações finais

O presente artigo apresentou de forma simplificada as características que direcionaram as ações do *MPLA* com relação ao seu projeto de desenvolver a agricultura após a independência.

A dificuldade com a saída de quadros técnicos portugueses foi sentida na tentativa da superação por parte do governo com programas de inspiração marxista. No entanto, Angola perdeu rapidamente sua posição no contexto de grande exportador de culturas como o café, para ficar dependente de exportação de produtos primários, como também de ajuda alimentar.

O artigo mostrou a turbulenta conjuntura política vivida por Angola naquele contexto para a melhor compreensão da questão agrária.

No fim do trabalho, aponto o surgimento de instituições da sociedade civil com a preocupação de melhorar as condições de vida do povo angolano, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento do interior e da agricultura. Essas ações demonstram, dessa maneira, um sinal de mudança no encaminhamento da política do país, que passou a se enquadrar no contexto de um Estado

Democrático de Direito, inserido no modelo capitalista, multipartidário e aberto aos mercados, porém vivendo ainda a instabilidade proporcionada pela guerra civil que durou até a morte do líder do movimento armado, Jonas Savimbi, em 2002.

Referências Bibliográficas

ACCORD; ADRA. Programa de Apoio as Comunidades Agro-Pastoris dos Gambos. *Relatório do workshop sobre a terra e o poder*. Lubango, 1996.

AMARAL, José G. Dias. Angola: a crise económica na Primeira República. *Lucere* revista académica da Universidade Católica de Angola, Luanda, ano 1, n. 1, p. 49-69, 2004.

CARDOSO, António. A análise da situação do sector agrário em Angola. *Conferência Nacional O papel da agricultura no desenvolvimento sócio-económico de Angola*. Luanda, 2004

COMERFORD, Michael G. *The peaceful face of Angola: biography of a peace process (1991 to 2002)*. Windhoek: John Meinert Printing, 2005.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. 1999. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEVELOPMENT WORKSHOP (DW). *Terra. Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia e políticas de desenvolvimento*. Luanda, 2005.

FERREIRA, Manuel Ennes. *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-1991)*. Instituto de Defesa Nacional. Lisboa: Ed. Cosmos, 1999.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

GALLI, Rosemary E. A crise alimentar e o estado socialista na África Lusófona. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 6-7, p.121-164, dez.1987.

LIBERATTI, Marco Antonio. *A guerra civil em Angola: dimensões históricas e contemporâneas*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

MELLOR, John W. O papel do governo, sociedade civil e sector privado no desenvolvimento rural. Conhecer as enormes potencialidades de Angola. *Documento apresentado na Conferência Nacional sobre a Agricultura*, Luanda, 2004.

NEGRÃO, José. *A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2002.

OLIVEIRA, Hermes de A. *Povoamento e promoção social em África*. Lisboa, 1971.

PACHECO, Fernando. Uma proposta de valorização da tradição e da cultura em favor do desenvolvimento e da modernidade. *Lucere*. Revista académica da Universidade Católica de Angola. Luanda, ano 1, v. 1, p.69-81, 2004a.

_____. Caminhos para a cidadania: poder e desenvolvimento a nível local na perspectiva de uma Angola nova. *ADRA*, Luanda: 2004b, mimeo.

PESTANA, Nelson. As dinâmicas da sociedade civil em Angola. *Centro de estudos africanos*, Lisboa ISCTE, 2004.

ROCHA, Alves da. O impacto das reformas macroeconómicas no setor agrário. *Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Instituto de Desenvolvimento Agrário*, Luanda, 2004.

SANTOS, Daniel. Sociedade política e formação social angolana (1975-1985). *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, CEEA, Universidade Cândido Mendes, n. 32, p.209-220, dez.1997.

SIMÕES, Joaquim Cardoso. *A comercialização como um fator de promoção social em Angola*. Luanda, 1972.

Artigo recebido em abril de 2008 e aceito para ser publicado em agosto de 2008.